

Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo
Diretora: Helga Feilstrecker
Orientadora: Vanda Falcheti Hofsteter
Professora: Neiva Dalla Costa Sbardella.
Aluno (a): _____
9º ano_____

BOM DIA!
**ATIVIDADE DE HISTÓRIA DA 28ª SEMANA DIA 13-11-2020. NÃO PRECISA ENVIAR
POR E-MAIL. COPIAR NO CADERNO E ASSISTIR AOS VÍDEOS ABAIXO:**

<https://youtu.be/XOXJdN-AePA>

<https://youtu.be/5uQkcTZKVCE>

A RENÚNCIA DE JÂNIO E A CRISE SUCESSÓRIA.

As medidas adotadas por Jânio desagradaram militares e lideranças políticas que apoiavam seu governo. Isolado politicamente, o presidente renunciou a seu mandato em 25 de agosto, alegando que “forças ocultas” o impediam de governar. Acredita-se que, com isso, Jânio esperava mobilizar a população em defesa do seu governo. Mas isso não ocorreu. O Congresso Nacional aceitou o pedido de renúncia e a população não se manifestou.

Com a renúncia de Jânio, o vice-presidente João Goulart deveria assumir. Entretanto, Jango, como era conhecido, estava em viagem diplomática à China na ocasião. Jango tinha ligação com movimentos de trabalhadores, e por isso era visto com desconfiança pelas elites conservadora e pelos militares, que o identificavam com a “ameaça comunista”. Por isso, tentaram impedir a sua posse.

No Rio Grande do Sul, o então governador Leonel Brizola iniciou uma campanha exigindo o cumprimento da Constituição, o que significava garantir a posse de Jango. Nomeada Campanha da Legalidade, a operação recebeu o apoio de vários políticos e setores da sociedade.

Com o impasse, o Congresso votou uma proposta: Goulart assumiria a presidência, mas com poderes limitados. Instaurou-se no país um regime parlamentarista, no qual um primeiro ministro seria o chefe de governo. Uma consulta popular a ser realizada em 1965 definiria a permanência do parlamentarismo ou o retorno ao presidencialismo.

O nome indicado pelas lideranças e militares e aceito por João Goulart foi o do mineiro Tancredo Neves. Assim, Jango retornou ao Brasil e assumiu a presidência da república.

O GOVERNO DE JANGO

Graças à campanha movida pelo partido de Jango, o PTB, e apoiado por sindicatos e movimentos populares, o plebiscito que definiria a permanência ou a revogação do parlamentarismo foi antecipado em dois anos. A votação ocorreu em 6 de janeiro de 1963, e a maioria dos eleitores decidiu pelo retorno do presidencialismo.

Ao recuperar os poderes presidenciais, Jango manifestou sua intenção de promover reformas que tinham como objetivo modernizar o capitalismo brasileiro e garantir justiça social. As reformas de base, como ficaram conhecidas, previam a extensão do direito de voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente, a ampliação do monopólio da Petrobras, a nacionalização de empresas farmacêuticas e prestadoras de serviços públicos e a limitação da remessa de lucros das empresas para o exterior, entre outras medidas.